



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

**Ata da décima Sessão Ordinária do
Primeiro Período Legislativo da Câmara
Municipal de Cabo Frio, realizada no dia
21(vinte e um) de março do ano de
2024(dois mil e vinte e quatro). -----**

Às dez horas do dia 21(vinte e um) de março do ano de 2024(dois mil e vinte e quatro) sob a Presidência do Vereador Miguel Fornaciari Alencar e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Vereador Luís Geraldo Simas de Azevedo, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Alexandra dos Santos Codeço, Alexandre Marques Cordeiro, Átila Monteiro de Campos Motta, Caroline Midori da Costa Silva, Davi dos Santos Souza, Douglas Serafim Felizardo, Jean Carlos Corrêa Estevão, Josias Rocha Medeiros, Joao Roberto de Jesus da Silva, Josias Rocha Medeiros, Oseias Rodrigues Couto, Rodolfo Aguiar de Faria e Ruy Sérgio França de Oliveira. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Cumprido o rito regimental o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **EM CONFORMIDADE COM O ART. 71, ITEM 1 DO REGIMENTO INTERNO: LEITURA E APRECIÇÃO DA ATA DO DIA: 19/03/2024.** USO DA TRIBUNA EM ATENDIMENTO AO OFÍCIO/GAPRE/CÂMARA Nº 30/2024 PRESENÇA DO SENHOR VINÍCIUS DIAS, SECRETÁRIO ADJUNTO DE RECEITA ASSUNTO: LEI COMPLEMENTAR Nº 48/2022 – PLANTA GENÉRICA DE VALORES ENTREGA DO DIPLOMA DE MOÇÃO DE APLAUSOS AUTOR: VEREADOR MIGUEL ALENCAR OUTORGADO: SENHOR LUIZ CLAUDIO GAMA DOS SANTOS PROJETO DE LEI: 0039/2024 - MIGUEL ALENCAR PROIBI A UTILIZAÇÃO DE CELULARES E OUTROS DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS PELOS ALUNOS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO. PROJETO DE LEI: 0041/2024 - MIGUEL ALENCAR CRIA O PROGRAMA "PAU-BRASIL – PLANTANDO E CONHECENDO A HISTÓRIA" A SER DESENVOLVIDO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. **PROJETO DE LEI: 0048/2024 - DAVI DOS SANTOS SOUZA** DISPÕE SOBRE A PRIORIDADE DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS MÃES QUE SE DEDICAM INTEGRALMENTE AO CUIDADO DE FILHOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO SUS. **PROJETO DE LEI: 0049/2024 - DOUGLAS SERAFIM FELIZARDO** DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE INFORMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA CARTEIRA DE VACINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **PROJETO DE LEI: 0054/2024 - LEONARDO MENDES DE ABRANTES** INSTITUI O PROGRAMA PAZ NA ESCOLA. **PROJETO DE LEI: 0055/2024 - LEONARDO MENDES DE ABRANTES** AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A IMPLANTAR O EMPREENDEDORISMO E NOÇÕES DE DIREITO E CIDADANIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO TEMAS A SEREM ABORDADOS NO CONTRA TURNO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DE PERÍODO INTEGRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Terminada a Leitura do

Expediente o Senhor Presidente ordenou que tivesse início a cerimônia de entrega de Moção de Aplausos. Após, o senhor presidente franqueou a **TRIBUNA LIVRE** para o Secretário Adjunto de Receita, Senhor Vinícius Dias, que discorreu sobre a Lei Complementar nº 48/2022, que discorreu sobre a Planta Genérica de Valores, a aplicabilidade do IPTU e seus desdobramentos. Após o senhor presidente disse que cada vereador poderia fazer uma pergunta ao orador. Fazendo uso da palavra o Vereador Josias Medeiros disse que recebia muitas reclamações concernentes a cobranças exorbitantes e que os boletos de pagamento do IPTU do ano de 2024 ainda não haviam chegado. Respondendo o senhor Vinicius afirmou que a grande demanda de processos e a falta de funcionários, fizeram com que houvesse atraso no processo de liberação dos boletos do IPTU. Em seguida, o Vereador Luis Geraldo afirmou que, os artigos 22 e 23 da Lei Complementar, um contradizia o outro. Disse que muitos contribuintes que pagavam dois mil reais passaram a pagar doze mil reais, o que era inadmissível. Reiterou que o povo acreditava no que era dito na Casa Legislativa e que por certo a cobrança exorbitante levaria a inadimplência. Ao que o senhor Vinicius Dias retrucou que com relação aos acordos políticos não poderia responder, visto que trabalhava com a parte técnica. Ao que o Vereador Luis Geraldo disse que não fora feito acordo político, mas, um acordo do prefeito José Bonifácio para com a população de Cabo Frio. Respondendo o senhor Vinicius disse que, o item estava relacionado a ampliação do imóvel, que deveria ter crescido o valor, bem como a zona de localização. Fazendo uso da palavra o Vereador Rui França falou sobre a importância de fosse criada uma forma de cobrança mais branda, para que não houvesse tanta inadimplência. Fazendo uso da palavra o Vereador Douglas teceu comentários sobre a importância da isenção do IPTU para os aposentados e perguntou se também os beneficiados pelo LOAS seriam contemplados. Respondendo o senhor Vinicius disse que o LOAS não era reconhecido como aposentadoria, assim, tais pessoas não poderiam ser contempladas pela isenção do IPTU. O vereador Davi Souza perguntou se havia estudo efetivo para a aplicação do IPTU Social. Respondendo o Senhor Vinícius disse que, já fora realizado estudo, inclusive com apresentação de solução, onde os beneficiários seriam os participantes do CAD Unico. Fez uso da palavra o Vereador João Roberto de Jesus que disse concordar com o IPTU Social, todavia, a seu ver a cobrança feita através de porcentagem beneficiava a todos. Fazendo uso da palavra o senhor Vinícius disse que as sugestões para uma nova forma de recolhimento do IPTU somente poderiam ser introduzidas a partir do próximo ano, em virtude de que, a situação poderia ser mal interpretada uma vez que a prefeita era candidata à reeleição. Fazendo uso da palavra o Vereador Jean Corrêa Estevão questionou se as pessoas que haviam feito pagamento com valor a mais, em virtude de erro por parte da Secretaria de Fazenda, teriam devolvidos o dinheiro. Respondendo o senhor Vinícius afirmou que, em geral o dinheiro era ressarcido através do próximo pagamento do IPTU. Após, o Vereador Alexandre Marques Cordeiro disse que, o projeto do IPTU Social era de sua autoria, enfatizando a importância do benefício para os menos favorecidos. Ao final, o senhor Vinicius disse que, o Tribunal de Contas preceituava que o IPTU deveria ser cobrado de acordo com o tamanho do imóvel. Disse ainda, que havia uma crença de que o IPTU era utilizado apenas para conserto de ruas, porém, na realidade 72% era direcionado para outras pastas, entre elas a Educação. Em seguida disse que continuava à disposição da Casa Legislativa para quaisquer esclarecimentos. Agradeceu a

atenção de todos, no que encerrou sua fala. Após, o senhor presidente franqueou a **TRIBUNA** aos oradores inscritos. Como primeiro orador inscrito fez uso da Tribuna o **Vereador Atila Motta**, que inicialmente procedeu as Saudações. Em seguida discorreu sobre Indicação de sua autoria, dispondo sobre a circulação de um carro fumasse no Bairro Aquário, no Segundo Distrito. Falou ainda sobre outra proposição sobre operação #tapa buraco# na Rua Roberto Silveira no Bairro São Francisco. Aludindo ao seu pedido na Sessão anterior sobre serviço de manilhamento, enfatizou que fora atendido e assim não poderia deixar de agradecer a Secretaria de Obras. Disse, que ficava feliz. Em virtude de que também no bairro Jacaré estava ocorrendo o serviço de manilhamento. Em aparte, o Vereador Thiago Vasconcelos disse que, não poderia deixar de parabenizar o orador por estar sempre em defesa da prefeita Magdala Furtado e sempre na luta pelo bem de Cabo Frio. Retomando ao seu discurso, o orador disse que o vereador Thiago Vasconcelos também realizava um grande trabalho em benefício de Cabo Frio. Ao final agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Em seguida, fez uso da Tribuna o **Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo** que, inicialmente saudou a todos. Em seguida disse, que tinha propriedade para falar sobre IPTU em virtude de seu empenho naquele tema. Observou, que se em outra ocasião votara a favor da Lei Complementar, mas, que se tratava de outra realidade no município. Reiterou que, a Lei em seu artigo 23 era ambígua e que um exemplo era o caso de uma senhora que pagava o valor mínimo e que passara a pagar seis mil reais. Disse que, não tinha obrigação nenhuma de votar com a base governista e que priorizava sempre sua convicção e princípios. Em seguida reportou-se a ocasião em que fora retirado da base governista, por ter votado contra o governo. Disse que poderia haver Emenda à Lei Complementar e não haveria problema nenhum. Reiterou que a Lei deveria ser revista e que a correção deveria ser feita junto a Lei de Zoneamento. Em aparte, o Vereador Josias Medeiros disse que, lhe causara estranheza o fato de ter recebido uma resposta evasiva por parte do Senhor Vinícius quando questionara sobre a demora do atendimento e devolução dos pagamentos feitos com erro. Observou, que era de extrema importância que houvesse discussão da sociedade constituída, mas, que com relação aos processos de devolução de dinheiro, aquela prática deveria ser feita imediatamente. Também em aparte, o Vereador Ruy França disse que era inadmissível o aumento exorbitante do IPTU. Retomando ao seu discurso, o Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo disse que, se o Executivo não conseguia resolver a situação, a Casa Legislativa tinha o dever de dirimir aquela questão. Disse que, a questão deveria levar em conta o planejamento, a discussão e a palavra, para com o povo de Cabo Frio, no que encerrou sua fala. A seguir fez uso da palavra o **Vereador Ruy França**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida disse que, no dia anterior fora efetivado o compromisso da prefeita com a adequação do PCCR da Guarda Municipal de Cabo Frio. Disse que também a criação do Conselho Municipal de Segurança fora uma grande conquista. Observou, que tais projetos seriam enviados para a Casa onde seriam feitos alguns ajustes e posteriormente aprovado o PCCR. Observou, que aquele recurso sinalizava um futuro melhor para tais servidores. Retomando ao seu discurso o Vereador Ruy França disse que, a Praça do Recanto das Dunas estava em estado muito precário e que o espaço fazia muita falta para os jovens e crianças. Também em aparte, o Vereador Josias Rocha disse que direcionara sua Emenda Impositiva para aquela praça do Recanto das Dunas e que na

atualidade ninguém sabia informar o motivo pelo qual a verba não fora utilizada no local, que inclusive já estava com projeto aprovado. Disse, que havia muito descaso com o Bairro Recanto das Dunas, assim, solicitava ao orador que interviesse junto a senhora prefeita, no sentido de que a mesma voltasse o olhar para aquela localidade. Retomando ao seu discurso, o Vereador Ruy França disse que estava tomando as devidas providências para que o Bairro Recanto das Dunas voltasse a dar dignidade aos seus moradores. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir fez uso da Tribuna o **Vereador Davi Souza**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida reportando-se a fala do Senhor Vinicius Dias disse que segundo o mesmo 20% do IPTU era direcionado para a Educação. Disse que desde o mês de maio do ano de 2023 haviam chegado aparelhos de ar condicionados para as escolas da rede municipal, mas, que até aquela data os mesmos ainda tinham sido colocados. Disse que falar de climatização nas escolas e unidades de saúde era uma questão de humanidade, em decorrência do imenso calor. Observou, que faltavam também extintores de incêndio, o que representava riscos para todos. Em aparte, o Vereador Miguel Alencar aludiu à matéria na TV sobre falta de ar condicionado na Escola Rui Barbosa já no início do ano, o que demonstrava que aquela situação não era recente. Retomando ao seu discurso, o Vereador Davi Souza disse que a Escola Amena Maia fora inaugurada recentemente e também não tinha ar condicionado. Observou, que era uma questão de má administração e que com a sensação térmica de 60º aquela situação era desumana. Após, disse que visitara instituição na cidade do Rio de Janeiro, voltada para atendimento a crianças com espectro autista e sugeriu que aquele sistema fosse desenvolvido em Cabo Frio, já que oferecia aparatos lúdicos que promoviam o desenvolvimento de tais crianças. Em seguida comentou sobre proposição de sua autoria, que tinha como objetivo a concessão de tratamento psicossocial para crianças autistas e suporte para os pais de crianças com aquela síndrome. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. A seguir, fez uso da Tribuna o **Vereador Josias Rocha Medeiros**, que inicialmente saudou a todos. Em seguida disse que, a Secretaria de Educação contava com o maior orçamento da prefeitura e era recorrente as matérias de televisão mostrando a precariedade das unidades escolares de Cabo Frio. Em seguida disse, que houvera confusão no repasse de verba federal para os municípios brasileiros. Mostrou relação de cidades brasileiras e a monta recebida através do Governo Federal. Mostrou que cidades pequenas receberam recursos exorbitantes, quando grandes municípios receberam repasses irrisórios. Disse que, os repasses eram sempre na monta entre um milhão e sete milhões, todavia, Cabo Frio recebera cinquenta e cinco milhões e que ninguém sabia onde o dinheiro estava sendo empregado. Disse que, todos eram sabedores de que houvera conversa da prefeita Magdala Furtado com a ministra que repassara aquela verba para Cabo Frio. Disse ainda, que depois do pronunciamento da Casa legislativa e da criação da CPI não houvera mais nenhum gasto do dinheiro restante. Disse que todos queriam uma saúde de qualidade e uma Educação que atendesse aos munícipes. Disse que a CPI estava funcionando e que estava preocupado em “puxar um gato e sair um tigre”[sic]. Disse que, a CPI tinha o objetivo de esclarecer como tal recurso estava sendo utilizado. Ao final disse que, em breve estaria oferecendo mais informações sobre a CPI da Saúde, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna o senhor presidente conduziu os trabalhos para a **ORDEM DO DIA:** NESTA

ETAPA FORAM CONDUZIDOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSITÇA OS SEGUINTE PROJETOS: PROJETO DE LEI 0039/2024, 0041/2024, 0048/2024, 0049/2024, 0054/2024, 0055/2024. FORAM APROVADAS AS INDICAÇÕES: 0076/2024, 0120/2024, 0132/2024, 0154/2024, 0155/2024, 0172/2024, 0185/2024, 186/2024, 195/2024, 0207/2024, 0212/2024, 0213/2024, 0214/2024, 0215/2024, 0216/2024, 0217/2024. FORAM RETIRADAS DE PAUTA A PEDIDO DO AUTOR: 0018/2024 E 0191/2024. A seguir, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por cinco minutos. Reiniciados os trabalhos o Senhor presidente afirmou que havia apenas oito vereadores no Plenário, com isso não havia quórum para o prosseguimento da Sessão. Não havendo número regimental para a deliberação das matérias o senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **Explicação Pessoal**. Em Explicação Pessoal o **Vereador João Roberto de Jesus da Silva**, inicialmente se reportou ao dia anterior, quando a Guarda Municipal estivera reunida com a prefeita Magdala Furtado, enfatizando que ficara alegre em virtude de que em breve seria sancionado o PCCR daquela categoria. Em seguida enumerou obras que estavam sendo realizadas naquela gestão, destacando que também o Ginásio Poliesportivo do Jardim Esperança recentemente fora interditado, em decorrência de que em breve seria realizada obra e entregue para o município. Em seguida, disse que o Projeto Praia Para Todos, onde pessoas com deficiência tinham acesso ao banho de mar, lhe dava muito orgulho em participar do atual governo. Dirigindo-se ao vereador Josias Rocha parabenizou o mesmo pela CPI da Saúde, destacando que quando ele próprio instaurara uma CPI da Saúde, o Vereador Josias, então líder da bancada de posição, se recusara assinar o documento. Disse que ele também trouxera tabela onde todos podiam constatar que o Estado não repassava as verbas para a prefeitura. Disse que a CPI poderia continuar contando com ele que buscava acima de tudo a transparência, no que encerrou sua fala. Não havendo oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais